

Velhices Fluminenses: Uma Análise do envelhecimento na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro

Carlos Eduardo da Silva Santos

Introdução

O envelhecimento da população brasileira é, inegavelmente, uma das maiores conquistas de nossa Sociedade e assim deve ser memorado e celebrado. Contudo, tamanha mudança na demografia brasileira traz novos e constantes desafios, que devem ser explorados e respondidos com a responsabilidade e urgência necessárias.

Em menos de um século, a expectativa de vida das pessoas no Brasil aumentou em mais de 40 anos, indo de 33,7 anos no início do século passado para 70 anos na entrada do século XXI (Minayo; Coimbra Jr, 2002). É fato que nossa população é reconhecida por suas pluralidades regionais e culturais, que se constroem, se reconstróem e são atravessadas por diversos fatores como desigualdades socioeconômicas, regionais, de classe, gênero, raça, entre outras. Logo, pensar o envelhecimento da população brasileira é lançar luz sobre velhices plurais.

Cabe salientar, que apesar do processo de envelhecimento ser intrinsecamente heterogêneo, alguns grupos sociais vivenciam processos parecidos a partir de suas próprias experiências e vivências, em outras palavras, os grupos populacionais vivem formas de envelhecer diferenciadas, afetadas ou não por questões que estão relacionadas as suas próprias identidades, como é o caso da população negra, que devido aos impactos do racismo estrutural, envelhece consideravelmente menos do que a população branca.

Deste modo, este artigo pretende dar visibilidade aos dados colhidos na pesquisa “Velhices plurais: quem são as pessoas idosas na região metropolitana do Rio de Janeiro” que utilizou como principais fontes de coleta de dados o censo demográfico de 2022 e os Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos – GPTE, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS a partir de uma análise quanti-qualitativa.

A velhice na sociedade capitalista

Teixeira (2017) elucida que “o homem envelhece sob determinadas condições de vida, fruto do lugar que ocupa nas relações de produção e reprodução social” (p. 35). Logo, não há uma universalização do sujeito envelhecido, este não pode ser compreendido de forma única e imutável.

Ao pensarmos os fenômenos que aproximam e fazem com que os processos individuais de envelhecimento se tornem, em alguma medida coletivos, há um grande polarizador entre as velhices, o posicionamento do homem em uma classe social.

Marx e Engels, na obra “O manifesto do Partido Comunista” pontuam que o confronto entre as classes sempre esteve presente na história das sociedades, um entrave entre os que detêm os meios de produção e os que, destituídos e expropriados de tudo, detêm apenas sua força de trabalho.

Não se pode desconsiderar que as condições nas quais o trabalhador vendeu sua força de trabalho ao longo de sua vida também geram impactos significativos na forma como ele envelhece, afetando suas condições físicas, psicológicas, entre outras.

Para Haddad (2018) é na velhice que o vazio causado pelo fim do trabalho atinge o trabalhador, o prestígio social advindo do trabalho se encerra, e esse trabalhador, agora envelhecido, é visto como um peso, inútil e improdutivo.

Contraditoriamente, Bernardo (2017) aponta que o mesmo trabalhador, que não é mais capaz de produzir quando chega à velhice, continua a ser explorado pela engrenagem capitalista através do consumo, da compra de bens e da criação de necessidades e desejos de comercialização.

Ainda que sua posição em um recorte de classe seja um grande marcador acerca da forma como a pessoa idosa envelhece, existem outros marcadores como sua identidade étnico-racial, de gênero, sua orientação sexual, suas relações com a cultura e comunidade, sua ocupação profissional e inserção no território.

Logo, mesmo enfrentando processos semelhantes causados pela desigualdade de classes, a classe trabalhadora envelhecida enfrenta outros processos que precisam ser pensados a partir de um olhar interseccional.

Segundo Kimberlé Chrenshaw, fundadora do termo, a interseccionalidade trata

“especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”. (Chrenshaw, 2002)

Embora Crenshaw tenha cunhado o termo “*interseccionalidade*” pensando a realidade da população negra, e especificamente a mulher negra, é possível aplicar o pensamento à realidade da pessoa idosa.

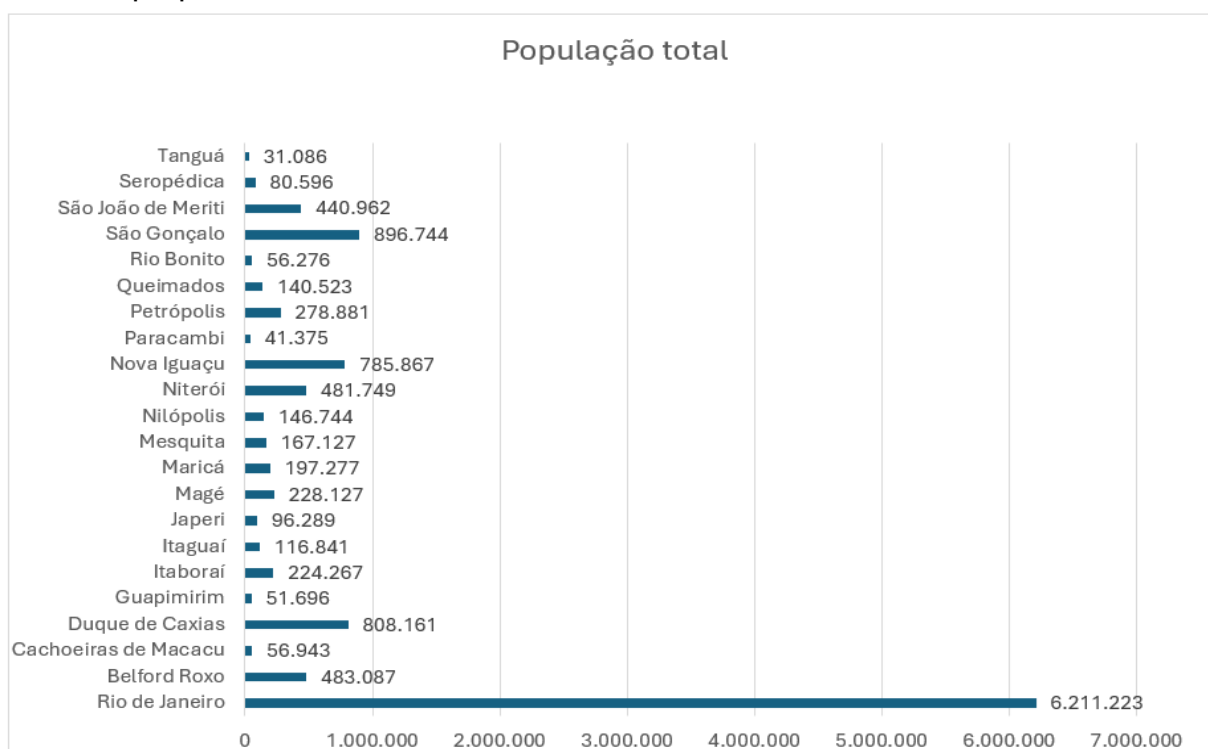
Assim, embora a questão de classe seja o maior indicador acerca da forma uma pessoa envelhece, ela não aparece isolada de outras desigualdades e outros marcadores que se alinham e se retroalimentam.

Dessa maneira, é necessário pensarmos os impactos das desigualdades estruturais e sistemas de opressão, como Racismo, Sexismo e múltiplas discriminações no acesso a direitos humanos e fundamentais. Em outras palavras, é importante afirmar que o não acesso a estes direitos amplia a margem de desigualdades, causando impactos significativos ao processo de envelhecimento.

Assim, cabe explorar, de forma aprofundada, o cenário do envelhecimento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, entendendo os impactos das múltiplas discriminações e de contextos estruturais.

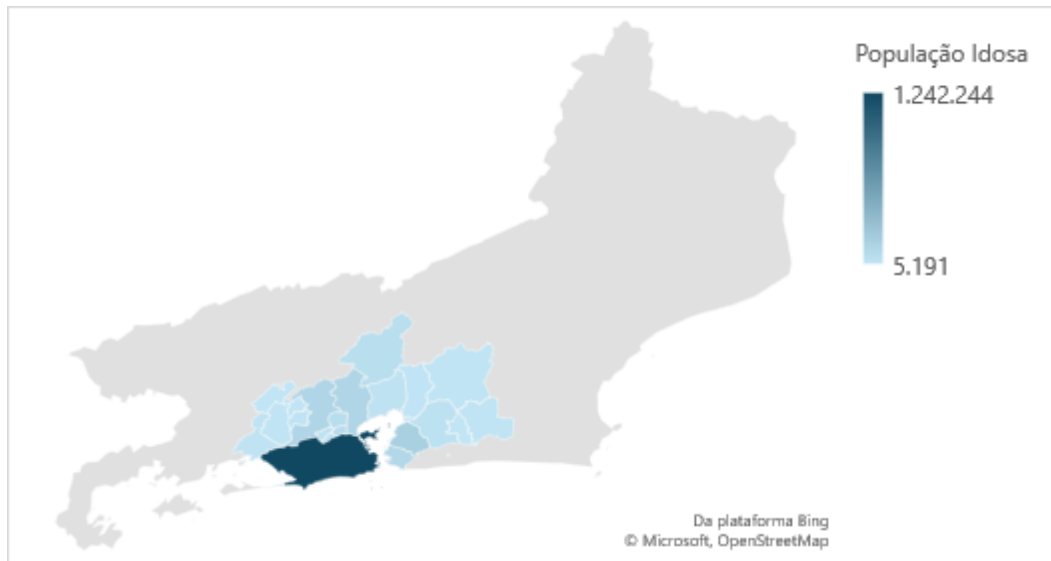
O perfil da população idosa na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro

Formada por 21 municípios, a Região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro possui uma grande riqueza territorial, com desenhos geológicos e hidrográficos que variam de município para município. Cumpre destacar que a região concentra, ainda, a região da Baixada Fluminense, que é historicamente conhecida por um cenário de vazio estatal, bem como de precarização das condições de vida da população. Em termos populacionais, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro concentra 62,4% da população Estadual, que totaliza 10.023.276 pessoas. Em termos de distribuição da população, o município do Rio de Janeiro, capital do Estado, concentra mais de 6.000.000 de pessoas, sendo, desse modo, o município mais populoso da região, bem como do próprio estado.



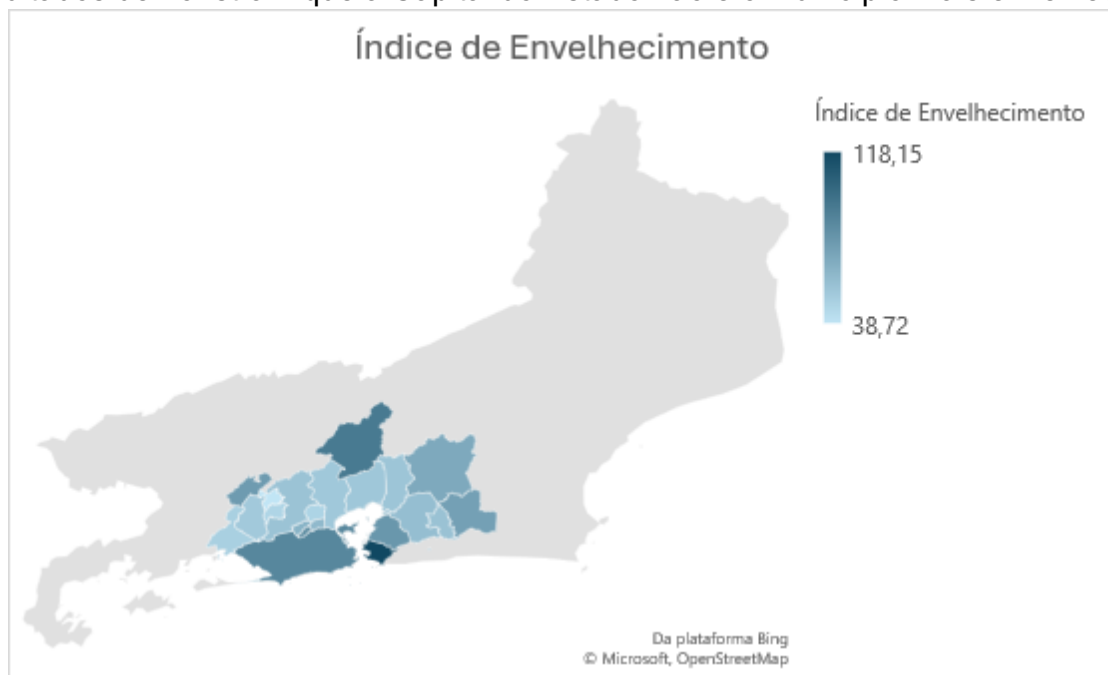
(IBGE, 2022) – Gráfico elaborado pelo autor

Ao analisarmos os municípios cuja população idosa é mais numerosa, o Município do Rio de Janeiro permanece em primeiro lugar, seguido, respectivamente, por São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Como observado abaixo:



IBGE 2022 – Gráfico Elaborado pelo Autor

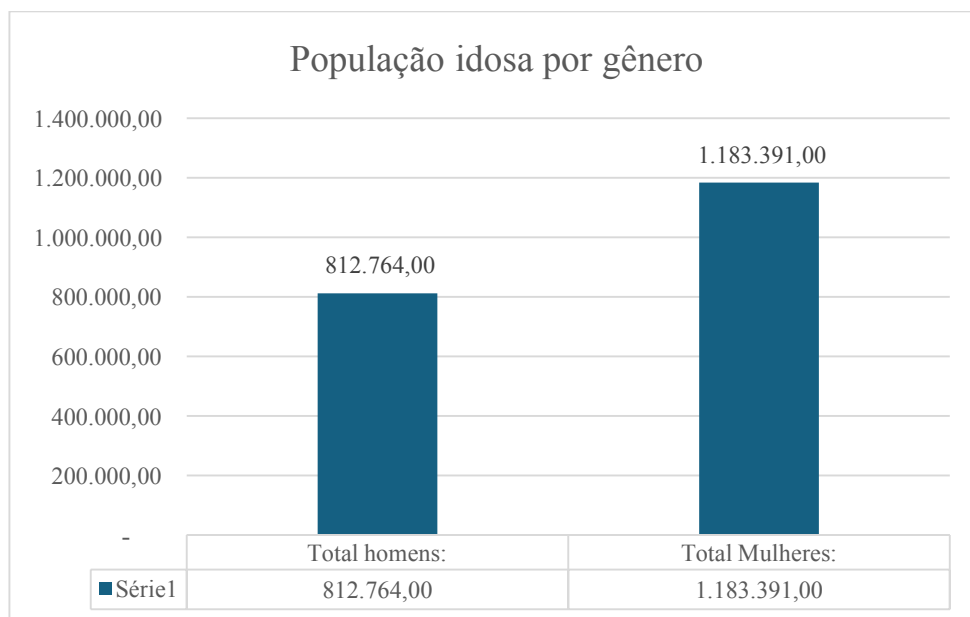
A Distribuição das pessoas idosas pela região metropolitana do estado do Rio de Janeiro ocorreu de forma extremamente desigual em relação a capital, desse modo, os municípios menores concentram juntos 1.018.398 pessoas idosas, o que totaliza uma diferença de 22% a menos em relação as pessoas idosas da Capital Fluminense. Contudo, ao analisarmos proporcionalmente, a partir do índice de envelhecimento os resultados demonstram que a Capital do Estado não é o município mais envelhecido.



IBGE 2022 – Gráfico Elaborado pelo Autor

Ainda que concentre o maior contingente de população idosa, os municípios de Niterói, Petrópolis figuram em primeiro e segundo lugar, respectivamente, com índices de envelhecimento de 118,15 e 92,91, contra 86,44 da capital. Em oposto ao alto índice de Envelhecimento desses municípios, Japeri, Queimados e Belford Roxo figuram entre os índices mais baixos, com 12,20%, 14,70% e 14,50%.

Ao observarmos os impactos das questões de Gênero e Raça no envelhecimento da população fluminense, verifica-se a expressão das desigualdades estruturais, de forma clara.

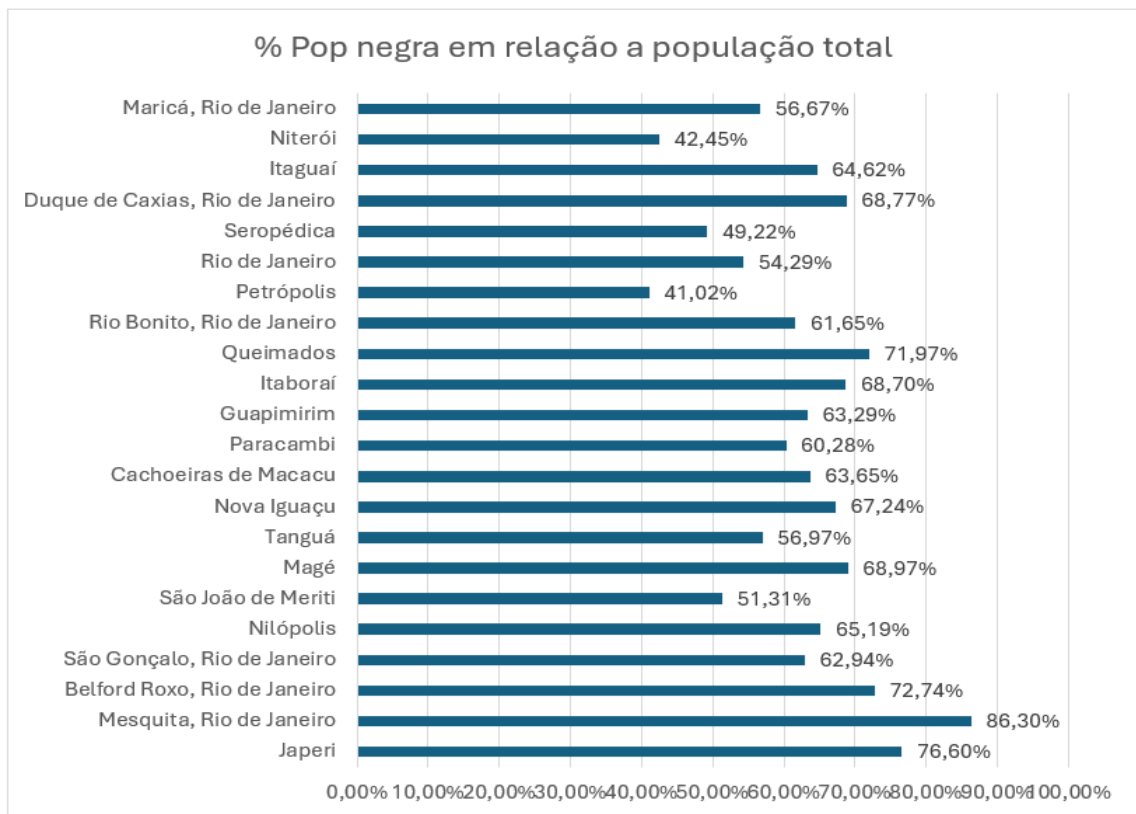


IBGE 2022 – Gráfico Elaborado pelo Autor

Esse processo pode ser explicado pela menor mortalidade da população feminina, sendo chamado de “feminização da velhice” (Camarano, 2023). Embora vivam mais, não é possível dizer que a mulher idosa vive em condições melhores que os homens que envelheceram, visto que possuem maior probabilidade de se tornarem viúvas e viverem em situações de fragilidade socioeconômica, sendo mais dependentes de cuidado (Camarano, 2017).

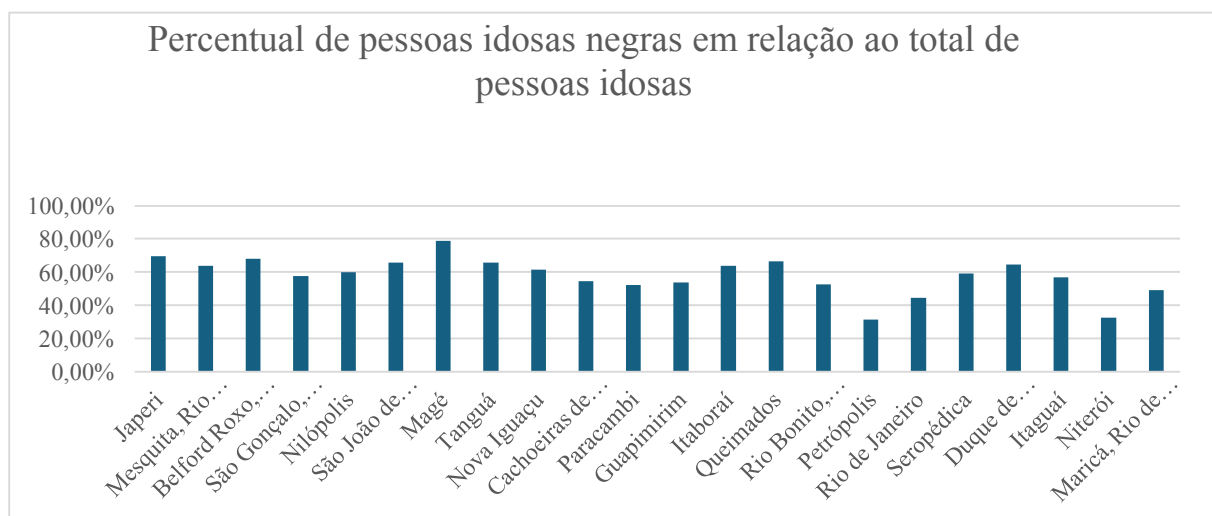
É salutar pensarmos, também, nas intersecções entre a população idosa e a população negra. O Estado do Rio de Janeiro possui hoje cerca de 9.276.993 pessoas negras por todo o estado, o que representa 57,78% da população fluminense. Desse quantitativo, 7.018.559 estão inseridas no território da região metropolitana do estado, o que corresponde a 75,65% do total estadual (IBGE, 2022).

É importante destacar que nos municípios onde a população negra é predominante o índice de envelhecimento tende a ser mais baixo, como ocorre nos municípios destacados abaixo. Desse modo, quando observamos o perfil racial da população que habita a região, percebe-se um expressivo percentual de pessoas negras, com apenas 3 municípios que não ultrapassam a marca de 50%:



IBGE 2022 – Gráfico Elaborado pelo Autor

É imperativo, portanto, dizer que a região metropolitana é um território majoritariamente negro. Esse fator também se expressa no envelhecimento da população visto que alguns municípios como Magé, Japeri, Belford Roxo e Queimados possuem mais de 65% de sua população idosa composta por pessoas negras, ao passo em que em outros municípios esse percentual se atenua drasticamente, como pontuado nos gráficos abaixo:



Ainda que o envelhecimento da população negra seja alto em alguns municípios, não se pode afirmar que esta população viva em condições dignas e saudáveis. Fato importante é que, nos municípios onde a população negra predomina, mesmo após os 60 anos, o índice de envelhecimento tende a ser consideravelmente mais baixo.

Município	Índice de envelhecimento	Percentual de População Negra
Japeri	38,72	76,60%
Queimados	46,85	71,97%
Belford Roxo	47,46	72,74%

Não obstante, dois dos três municípios mencionados possuem os menores Produtos Internos Brutos – Per Capita da Região metropolitana. Japeri, com R\$ 14.395,69 e Belford Roxo, com R\$ 17.156,71. Desse modo, também é salutar afirmar que nos territórios onde a população é predominante negra inexistem condições plenas para um envelhecimento saudável.

Isso pode ser verificado, por exemplo, ao observar a diferença de idade média ao morrer entre as pessoas brancas e negras na região metropolitana do Rio de Janeiro, como indicado pelo gráfico abaixo:

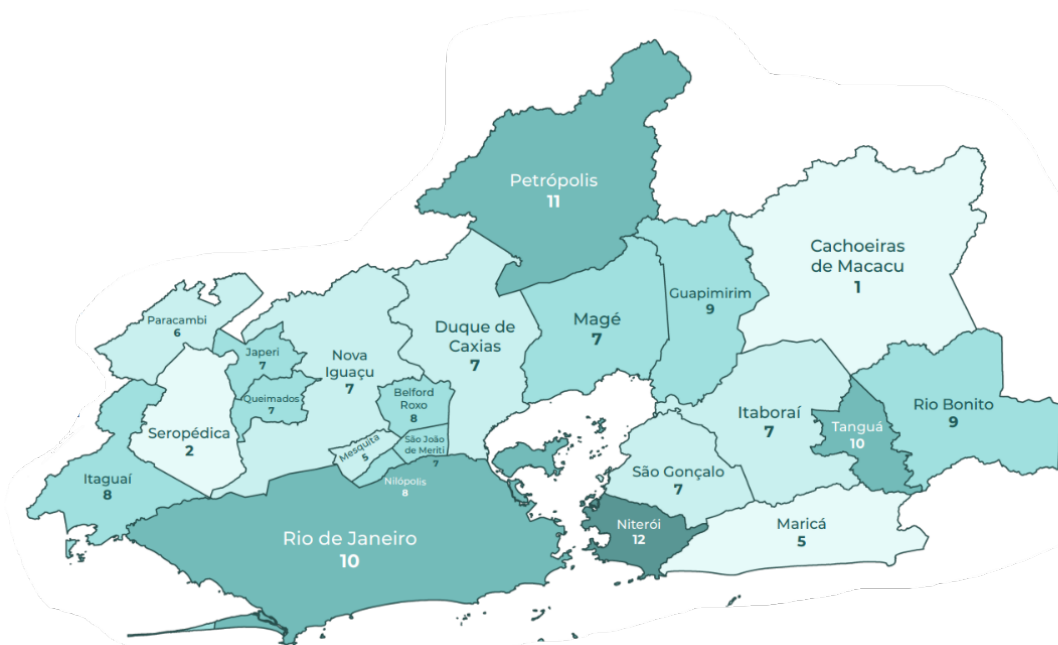


Gráfico elaborado pela Casa Fluminense (2023)

Percebe-se que municípios como Niterói, Petrópolis, Tanguá e Rio de Janeiro têm uma diferença de 10 anos ou mais na idade média ao morrer de pessoas brancas e negras. Não há, portanto, como ignorar os impactos do racismo estrutural no (não) envelhecimento da população negra fluminense.

Como mencionado anteriormente, o envelhecimento da população fluminense exige o olhar interseccional. Embora classe, gênero e raça sejam demarcadores importantes para compreensão da população fluminense, existem outros grupos que carecem de atenção por parte do poder público e da sociedade, de forma geral, especialmente quando tratamos das pessoas idosas que neles se inserem.

Diversidade e pessoa idosa: Dados dos Grupos Populacionais, Tradicionais e Específicos na região metropolitana do Rio de Janeiro

Quanto maior é o cenário de desigualdades estruturais e estruturantes, mais as políticas públicas da seguridade social fazem-se necessárias. O que se torna evidente ao observarmos as relações entre a pessoa idosa e a Política de Assistência Social.

Preconizada na Constituição Federal de 1988 enquanto um direito social, é somente em 1993, através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que a política de assistência é conceituada como “Direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (Brasil, 1993).

Ainda no cenário legislativo, o Decreto nº 3.877 de 2001 traz um importante instrumento para a política, o Cadastramento Único para programas sociais do Governo Federal. Para além de uma forma de acessar as políticas de Assistência Social, o Cadastro Único também funciona como uma importante base de dados.

Assim, no âmbito do Cadastro Único tem-se a possibilidade de identificação de Grupos Específicos, formalmente conhecidos como Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE's), que divididos em categorias, compreendem:

Origem étnica: Famílias indígenas, quilombolas, ciganas e pertencentes a comunidades de terreiro

Relação com o meio ambiente: Famílias extrativistas, de pescadores artesanais e famílias ribeirinhas

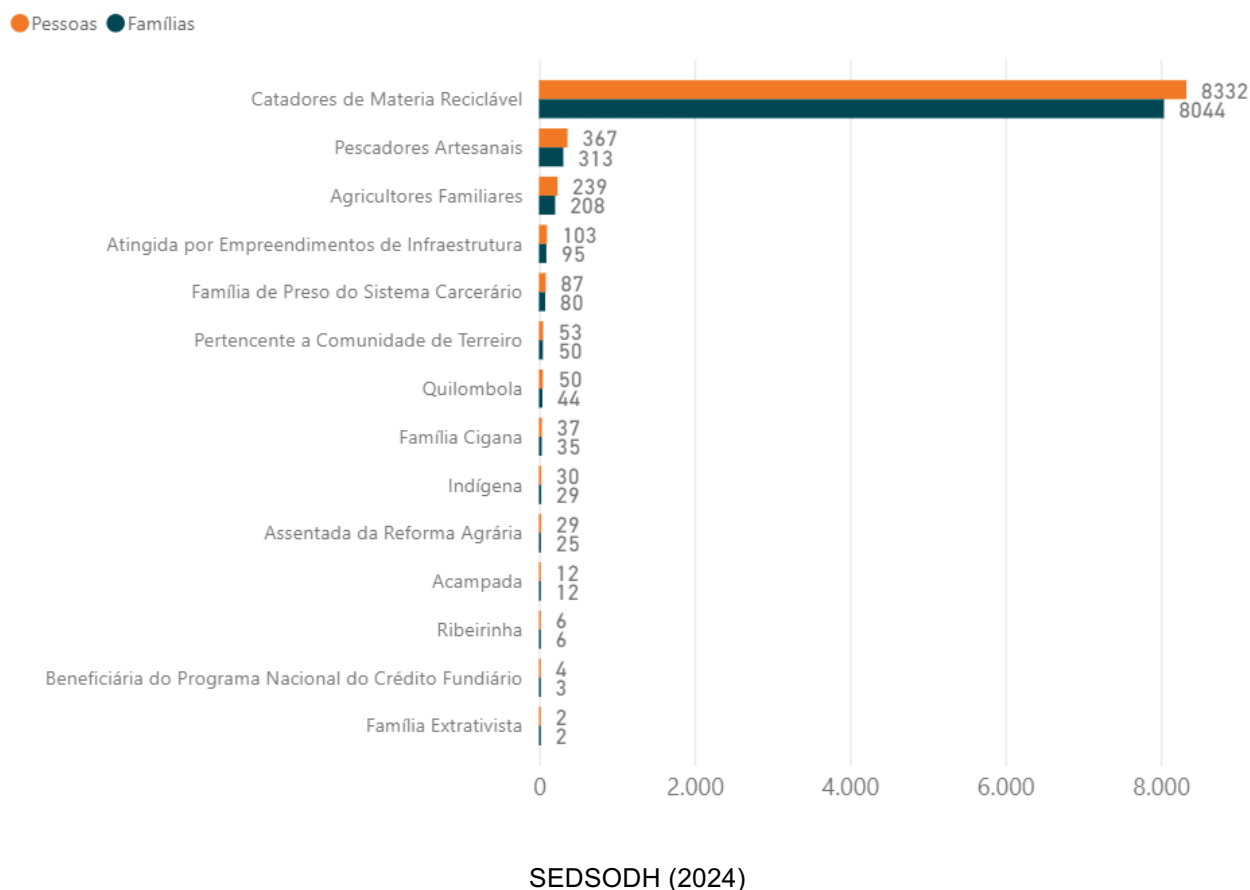
Relação com o meio rural: Famílias assentadas da reforma agrária, acampadas rurais, famílias de agricultores familiares e famílias que foram beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

Situações conjunturais: Famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura, famílias de presos do sistema carcerário, famílias de catadores de material reciclável e famílias de pessoas em situação de rua.

Olhando para além dos demarcadores primários (classe, raça e gênero), é possível apreender outros grupos populacionais nos quais as pessoas idosas se inserem e que possuem características próprias que costumam ser invisibilizadas¹.

Desse modo, a região metropolitana do Rio de Janeiro possui cerca de 9.333 pessoas idosas identificadas como membros de um dos grupos mencionados.

Tipos de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos



Através dos GPTE's é possível identificarmos alguns grupos que não costumam aparecer, de forma ampla, em diversas pesquisas, como por exemplo os povos ciganos, extrativistas, ribeirinhos, pertencentes a comunidades de terreiro, entre outros.

A nível de análise, os GPTE's, enquanto instrumento do Cadastro Único, possibilitam apreender apontamentos importantes acerca da pessoa idosa como questões de renda, cultura, se são beneficiários de programas sociais, entre outros.

¹ Cumpre destacar que os dados aqui expostos podem não refletir a realidade total de pessoas idosas de determinados grupos, uma vez que estas precisam ser referenciadas pela política de Assistência Social. Contudo, ainda assim é importante pontuar que os GPTE'S é um dos poucos, se não o único, instrumento a lançar luz sobre os grupos vulnerabilizados aqui listados.

A exemplo dessa constatação, é possível identificar, através do cadastro único, quantas pessoas em situação de rua existem em um município ou região, desse modo, para a região metropolitana do Rio de Janeiro tem-se, aproximadamente, cerca de 254 pessoas idosas em situação de rua, que são referenciadas na política de assistência.

Um outro grupo que recebe pouco destaque são os povos ciganos, presentes em 5 municípios da Região Metropolitana do Estado, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Mesquita, Nova Iguaçu, Rio Bonito, Seropédica e Tanguá, sendo este último o município com o maior número de pessoas idosas ciganas, totalizando 12 pessoas, de acordo com o cadastro único.

Alguns grupos possuem maior destaque, como é o caso das pessoas inseridas na agricultura familiar, com 239 pessoas idosas, e na pesca artesanal, com 367. Contudo, nenhum dos grupos tradicionais supera o grande quantitativo de pessoas idosas que são identificadas como Catadoras de Matéria Reciclável. Totalizando 8.316 pessoas idosas.

Acerca dos GPTE's, inseridos no Cadastro Único, é possível perceber um instrumento potente para a identificação do perfil das pessoas idosas, a partir de uma série de pluralidades existentes, que vão desde a identidade até situações conjunturais que impactam na forma como as pessoas idosas envelhecem. Contudo, é perceptível que este instrumento ainda não é utilizado em sua potencialidade máxima, visto que há um número ínfimo de pessoas idosas que estão identificadas, o que, infelizmente, impossibilita a plena compreensão do perfil da pessoa, para além dos demarcadores mais utilizados, como Raça, Classe e Gênero.

Conclusão

À luz dos fatos apresentados, é necessário considerarmos que o envelhecimento na região metropolitana do Rio de Janeiro é negro e feminino. Embora seja de fundamental importância que esse perfil seja reconhecido, é também importante que outros marcadores populacionais sejam observados.

Os dados apresentados deixam claro que políticas públicas mais inclusivas e interseccionais são necessárias para garantir que a população idosa, especialmente os grupos mais vulneráveis, envelheçam com dignidade e equidade.

Entretanto, não existem dados demográficos suficientes para apreender a diversidade de vidas idosas inseridas nos territórios. Não é possível identificar, com precisão, o quantitativo de pessoas idosas inseridas nos mais diversos grupos.

De toda sorte, já existe, através do Cadastro Único, uma possibilidade de compreender quem são e onde estão os mais diversos recortes populacionais, propiciando a implementação de políticas públicas que sejam capazes de atingir, de forma ampliada, as pessoas idosas inseridas nos mais diversos territórios.

Referências

Bernardo, Maria Helena de Jesus. A velhice da classe trabalhadora e a naturalização dos cuidados familiares. In: Teixeira (org.). **O envelhecimento na Sociabilidade do Capital**. Campinas, Papel Social, 2017 p. 53-74.

Crenshaw, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

Haddad, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. 2. Ed. São Paulo, Cortez, 2016

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto Comunista** (1848). São Paulo: Boitempo, 1998. 255p.

Minayo, M. C. S (Org.); COIMBRA JUNIOR, C. E. A. (Org.). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

Teixeira, Solange Maria. Envelhecimento do Trabalhador na Sociedade Capitalista. In: TEIXEIRA (org.). **O Envelhecimento na Sociabilidade do Capital**. Campinas, Papel Social, 2017. p. 31-52

Data de recebimento: 30/08/2024; Data de aceite: 30/08/2024.

Nota

O presente trabalho é produto do projeto de pesquisa “Velhices plurais: quem são as pessoas idosas na região metropolitana do Rio de Janeiro”, aprovado no 3º Edital Acadêmico Envelhecer com Futuro do Itaú Viver Mais em parceria com o Portal do Envelhecimento.

Carlos Eduardo da Silva Santos - Assistente Social, e membro do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Envelhecimento e Serviço Social. Atua nas áreas de políticas públicas e promoção, defesa e garantia de Direitos Humanos para a pessoa idosa, tendo como principais áreas de interesse as políticas de Assistência Social e seu impacto no envelhecimento da população brasileira. Atualmente ocupa o cargo de coordenador na Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. E-mail: santoskadu@gmail.com